COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Bernardo Francisco Bronzi Rocha

PARA ALÉM DO SILENCIAMENTO: EXISTÊNCIAS LGBT+ NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO

Rio de Janeiro
2026

Bernardo Francisco Bronzi Rocha

PARA ALÉM DO SILENCIAMENTO: EXISTÊNCIAS LGBT+ NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Orientador (a) Professor (a) M.e Pedro Bernardes Pinheiro.

Rio de Janeiro
2026

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

R672 Rocha, Bernardo Francisco Bronzi

Para além do silenciamento : existências lgbt+ nos livros didáticos de geografia do ensino médio / Bernardo Francisco Bronzi Rocha. - Rio de Janeiro, 2026.

34 f.

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Pedro Bernardes Pinheiro.

1. Geografia - Estudo e ensino. 2. Livro didático. 3. LGBTQIAPN+ 4. Representação social. 5. Ensino Médio. I. Pinheiro, Bernardes Pinheiro. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Bernardo Francisco Bronzi Rocha

PARA ALÉM DO SILENCIAMENTO: EXISTÊNCIAS LGBT+ NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Aprovado em: _____/_____/_____.

Banca Examinadora:

_____
Titulação e nome do orientador (Orientador)
Instituição a que pertence

_____
Titulação e nome do segundo membro da banca
Instituição a que pertence

_____
Titulação e nome do terceiro membro da banca
Instituição a que pertence

Rio de Janeiro
2026

PARA ALÉM DO SILENCIAMENTO: EXISTÊNCIAS LGBT+ NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO

Bernardo Francisco Bronzi Rocha

Resumo: Neste trabalho investigamos a representação LGBT+ nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (2026-2029). Sob a perspectiva da Teoria Crítica do Currículo e das Geografias Feministas, a pesquisa analisa em que medida e de que forma essas existências são legitimadas no espaço escolar. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental qualitativa que combinou análise de conteúdo e de discurso de dezoito descritores em todas as sete coleções habilitadas. O recorte analítico concentrou-se nas coleções de maior recorrência, pois assim pudemos verificar os enquadramentos, foram selecionadas então os livros de Geografia da Moderna Plus (110 ocorrências) e Geografia por Toda Parte (63 ocorrências). Os resultados contrariam a hipótese de total invisibilidade, revelando que o assunto está presente, embora concentrada nas unidades finais dos volumes, onde são tratadas dinâmicas populacionais, trabalho e direitos humanos. Identificamos abordagens distintas: a Moderna Plus adota um tom sistemático, conceitual e combativo de reconhecimento político, enquanto o livro Geografia por Toda Parte articula o assunto de forma pontual em atividades práticas e habilidades técnicas da disciplina. Consideramos, por fim, que há avanços significativos em relação aos silenciamentos históricos, embora a concentração temporal limite a transversalidade, tornando a autonomia docente indispensável para a mediação no chão da escola.

Palavras–chave: LGBT+; Currículo; PNLD; Geografias Feministas; Geografia Escolar.

MÁS ALLÁ DEL SILENCIO: LAS EXISTENCIAS LGBT+ EN LOS LIBROS DE TEXTO DE GEOGRAFÍA DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA

Resumen: En este trabajo investigamos la representación de los LGBT+ en los libros de texto de Geografía de la educación secundaria aprobados por el Programa Nacional do Livro Didático (2026-2029). Desde la perspectiva de la Teoría Crítica del Currículo y las Geografías Feministas, la investigación analiza en qué medida y de qué manera se legitiman estas identidades en el ámbito escolar. Desde el punto de vista metodológico, se trata de una investigación documental cualitativa que combinó el análisis de contenido y de discurso de dieciocho descriptores en las siete colecciones autorizadas. El recorte analítico se concentró en las colecciones de mayor recurrencia, pues así pudimos verificar los encuadres; fueron seleccionados entonces los libros de Geografía de Moderna Plus (110 ocurrencias) y Geografía por Toda Parte (63 ocurrencias). Los resultados contradicen la hipótesis de la invisibilidad total, revelando que el tema está presente, aunque concentrada en las últimas unidades de los volúmenes, donde se abordan las dinámicas poblacionales, el trabajo y los derechos humanos. Identificamos enfoques distintos: Moderna Plus adopta un tono sistemático, conceptual y combativo de reconocimiento político, mientras que el libro Geografía por todas partes articula el asunto de manera puntual con actividades prácticas y habilidades técnicas de la disciplina. Consideramos que hay avances significativos en relación con los silencios históricos, aunque la concentración temporal limita la transversalidad, lo que hace que la autonomía docente sea indispensable para la mediación en la escuela.

Palabras clave: LGBT+; Currículo; PNLD; Geografías feministas; Geografía escolar.

1. INTRODUÇÃO

> *Um tema deve ser capaz de suscitar debates, levantar questões, despertar preocupações, recuperar a tradição e vislumbrar o futuro. Pode ser qualquer coisa assim que aparentemente é coisa alguma.*
> Manoel Fernandes de Sousa Neto (2007, p. 50)

Essa ideia-pesquisa nasceu de uma inquietação que atravessou o percurso da especialização atrelado a minha trajetória na pesquisa em Geografia: qual o enquadramento da questão LGBT+[1] no currículo da Geografia escolar? Por questões me refiro não só às sabidas discriminações, preconceitos e violências que estão submetidas as pessoas LGBT+, mas também sua existência enquanto resistência nas dimensões política e cultural. Assim, a formulação dessa pergunta emergiu durante reflexões na disciplina de História e Currículo da Geografia Escolar, quando fui mobilizado pelos pressupostos da Teoria Crítica do Currículo. Nessa perspectiva, o currículo não é um instrumento neutro de organização de conteúdos, mas um artefato cultural produzido por negociações em um emaranhado de disputas políticas e econômicas, pedagógicas e epistemológicas (Veiga-Neto, 2009; Lopes e Macedo, 2011; Silva, 2017).

Se o currículo é um território de disputas simbólicas, torna-se legítimo indagar não só quais sujeitos, mas *como* os sujeitos são reconhecidos como existências legítimas e celebráveis, também quais permanecem marginalizados, ausentes ou sob enquadramentos estigmatizantes. A consolidação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reacendeu debates acerca da construção de um currículo nacional comum em um país marcado por profundas desigualdades sociais, regionais e culturais, e as controvérsias em torno de sua elaboração evidenciaram que definir o que deve ser ensinado implica, inevitavelmente, definir quais experiências e existências são legitimadas no espaço escolar (Apple, 2002; Oliva, 2023). A BNCC silenciou o gênero e a sexualidade, apesar de prever que noções de diferença e diversidade devem ser conteúdos educacionais, ela o faz de forma vaga, conforme defendem Azevedo e Giordani (2019), ao resistir mencionar marcadores da diferença como gênero e sexualidade, esvazia o sentido de uma educação que seja, de fato, plural.

Foi no contexto da disciplina de História e Currículo da Geografia Escolar que desenvolvi um estudo preliminar voltado à análise da presença da população LGBT+ nos livros didáticos de Geografia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o Ensino Médio, no quadriênio 2026-2029. Esse protótipo partiu de uma inquietação: onde estão os LGBT+ no livro didático de Geografia? Nossa hipótese inicial era que estaria ausente. Primeiramente, fizemos um levantamento das coleções e para viabilizar o recorte atendendo à extensão do trabalho. Depois sorteamos e um dos títulos aprovados e concentramos a análise em um único exemplar, buscando identificar menções a termos relacionados às dissidências de gênero e sexualidade.

O resultado inicial trouxe uma surpresa: diferentemente da expectativa de completa invisibilização, a população LGBT+ era mencionada em diversos momentos da coletânea sorteada – o livro Geografia Por toda parte (2024) publicado pela Editora FTD S.A., de Maria Ângela Gomez Rama e Isabela Gorgatti Cruz Monteiro –, especialmente em conteúdos relacionados à dinâmica populacional e ao mundo do trabalho. Essa constatação deslocou a problemática inicial, além do "se" a população LGBT+ estava presente nos assuntos

[1] Adotamos a sigla LGBT+ para se referir ao movimento de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e pessoas Trans, o '+' representa uma pluralidade de outras sexualidades e identidades de gênero e outras formas de existência. Existem outras siglas – como LGBTI+, LGBTQIA+, LGBTQIAPN+ –, mas no âmbito deste estudo, tanto em termos de procedimentos metodológicos quanto de análise, o aforismo LGBT+ foi uma escolha conscientemente operacionalizada.

contemplados pelo livro didático, passamos a querer entender o "como" a presença era construída discursivamente e quais as articulações curriculares decorrentes.

Tal deslocamento tornou-se ainda mais significativo a partir de uma provocação no Grupo de Trabalho *Geografia e Diversidade: gêneros, sexualidades, etnicidades e racialidades* durante o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia (ENANPEGE-AP, 2025). Uma das pesquisadoras levantou a seguinte preocupação nesse espaço: "*discutimos intensamente gênero e sexualidade na pós-graduação e na pesquisa acadêmica, mas em que medida essas geografias atravessam efetivamente a educação básica e nossa atuação*" (visto a grande maioria de geógrafos e geógrafas atuantes em sala de aula)? Essa interrogação evidenciou uma possível lacuna entre a produção acadêmica das geografias feministas e das geografias da diversidade e o contraste da sua circulação no espaço escolar[2].

Diante desse contexto, a relevância desta pesquisa se inscreve, primeiramente, no contexto social brasileiro contemporâneo de muita violência para a população LGBT+. Situação que contrasta com um movimento LGBT+ forte que historicamente desenvolveu táticas e estratégias para além de sobreviver, existir e exigir direitos, exemplifica-se que os dados da violência contra LGBT+ sejam em grande parte em função das denúncias e dos levantamentos conduzidos pelas próprias organizações em defesa dos direitos humanos, como o Observatório de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil do Grupo Gay da Bahia[3], ou os dossiês da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) dos assassinatos da população travesti e trans no Brasil[4]. Neste sentido, a escola e o livro didático podem (e devem) protagonizar um importante papel social na produção de sentidos sobre cidadania e respeito às diferenças. O PNLD constitui-se como uma das principais políticas públicas educacionais do país, influenciando diretamente a organização dos conteúdos e das abordagens que chegam às salas de aula. Investigar como a população LGBT+ é representada nos livros didáticos implica, portanto, analisar como as políticas curriculares participam da construção de enquadramentos sobre dissidências de gênero e sexualidade no espaço escolar.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa dialoga com as contribuições da Teoria Crítica do Currículo (Silva, 2005; 2017; Lopes e Macedo, 2011) e com os aportes das Geografias Feministas (que estão influenciadas pelos Estudos de gênero) (Silva, 2010; Oliva, 2023), campos que vêm tensionando a noção de neutralidade curricular e evidenciando que o conhecimento escolar é atravessado por relações de poder. Embora as discussões sobre gênero e sexualidade tenham se consolidado no âmbito da Pós-Graduação e da produção acadêmica em Geografia, observa-se ainda a necessidade de aprofundar investigações que examinem como essas epistemologias se materializam, ou são tensionadas, nos artefatos pedagógicos da/na Educação Básica.

No plano pessoal e epistemológico, essa investigação emerge de uma inquietação situada (Haraway, 1995). Ao questionar o lugar das existências LGBT+ no currículo da Geografia escolar, explicito minha posicionalidade enquanto pesquisador-professor que, em certa medida, tem buscado contribuir com o movimento LGBT+ por dele se entender parte. Atualmente, no exercício da docência, sou constantemente atravessado por questões de gênero e sexualidade que se fazem prementes em meu cotidiano como um professor LGBT+. Tais questões, no entanto, são frequentemente silenciadas, não apenas pela crescente dificuldade de abordá-las em sala de aula, mas também pela necessidade de gerir a exteriorização de uma

[2] Segundo os dados do Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es (2025), o segundo tema trabalhado em sala de aula que com maior frequência desperta a violência contra profissionais da Educação são temas de gênero e sexualidade, atrás somente de questões eminentemente políticas. Além disso, a maioria dos professores que sofreram perseguição foram docentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

[3] Os relatórios dos levantamentos dos assassinatos LGBT+ em razão da LGBTfobia estão publicados no site: https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/. Acesso em 15 de agosto de 2026.

[4] Com publicações anuais desde 2018. Disponível em: https://antrabrasil.org/assassinatos/. Acesso em 15 de agosto de 2026.

identidade que pode me tornar alvo em um contexto hostil. A justificativa aqui, portanto, articula-se em três dimensões indissociáveis: a urgência social, a necessidade acadêmica de aprofundar o debate sobre currículo e representações no ensino de Geografia e a implicação pessoal do conhecimento como prática situada.

Nosso objetivo geral é entender como a população LGBT+ é retratada nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (2026-2029). Algumas perguntas acessórias ajudam a delimitar um recorte: quais discursos são mobilizados? Como os enquadramentos são construídos? E, que concepções de existência são produzidas no material didático? Partimos da hipótese de que a presença LGBT+ não implica necessariamente um reconhecimento pleno, podendo coexistir visibilidade e enquadramentos limitantes. Para tal, articulam-se dois objetivos específicos:

a) Caracterizar a presença das populações LGBT+ nas coleções do PNLD do Ensino Médio (2026-2029) a partir da identificação de ocorrências.
b) Analisar de que maneira as populações LGBT+ são enquadradas nas coleções selecionadas, considerando as limitações, as possibilidades e as articulações com o currículo escolar.

Na primeira seção discutimos nossos referenciais para o estudo do livro didático, identificamos o lastro de contribuições de pesquisadores da Geografia que se debruçaram sobre esse artefato que muitas vezes é o primeiro contato dos nossos estudantes com um livro; os avanços, sobretudo das Geografias Feministas, para iluminar o debate sobre questões de gênero e sexualidade sob a ótica geográfica; e, brevemente, a ideia de *framing*/enquadramento da filosofia de Judith Butler (2022; 2025) para discutir populações minorizadas por algum tipo de opressão (Young, 2021). Em seguida, detalhamos nossos procedimentos metodológicos que combina técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 2011) e análise do discurso (Villella, 2013). Adiante, mergulhamos nos achados e articulações curriculares que encontramos no contato com as coleções que retornaram maior número de ocorrência dos termos, respectivamente, *Moderna Plus* e *Geografia Por toda parte*, e então resumimos os principais achados e a sua relação com os fazeres docentes no Ensino de Geografia.

2. LIVROS DIDÁTICOS, CURRÍCULO E POPULAÇÃO LGBT+

Essa pesquisa se inscreve no campo das geografias feministas e das teorias críticas do currículo, entendendo que investigar o livro didático é também investigar os modos pelos quais determinadas vidas são tornadas mais ou menos inteligíveis e habitáveis no espaço escolar. O livro didático difunde as orientações curriculares. Dessa forma, entendemos este artefato como um dispositivo cultural (Pinheiro, 2017) e uma tecnologia de poder (Oliveira; Giordani; Tonini, 2018, p. 22).

Na escola, o livro didático pode orientar e influenciar diretamente o trabalho do professor (e também dos estudantes). Ou seja, sua presença enquanto recurso didático auxilia na "materialização" dos conteúdos que serão trabalhados durante o ano letivo, e, em muitos casos, é o único recurso dinâmico disponível, fora o quadro e o piloto. Em especial, na Geografia, o livro didático tem a capacidade (perigosa!) de alimentar regimes de verdade a partir das representações, sobretudo, através das imagens (Oliveira; Giordani e Tonini, 2018; Pinheiro, 2024). É também chave sublinhar o papel que ele ganha na Geografia para "o reconhecimento do "outro", daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos" (Louro, 2000, p. 9).

O livro assume, segundo Choppin (*apud* Kanashiro, 2008, p. 1), quatro funções fundamentais no ensino: i) uma função curricular que traduz o programa de uma disciplina, por exemplo; ii) função instrumental, como um inventário de métodos e atividades; iii) função ideológica e cultural para reafirmar valores e uma identidade nacional; e, por fim iv) função documental, pois resguarda a riqueza documental textual e iconográfica de uma época ou lugar. Mas o livro é também uma mercadoria lucrativa para as editoras, além de disputar visão de mundo, para aquisição do livro, o Estado investe um bom montante do orçamento, é o maior comprador das editoras. São mais de 5 mil municípios brasileiros atendidos, por exemplo, a previsão de orçamento para o PNLD 2026 é de R$1,9 bilhão (Brasil, 2026)[5]. Isto é, o mecanismo de produção do livro didático é, antes de tudo, um mercado. Por tais razões, nos interessa a definição do livro como "um objeto cultural controverso, de natureza complexa, com presença histórica destacada no cotidiano escolar e que envolve múltiplos interesses (conflitantes) e funções" (Kanashiro, 2008, p. 6).

As bases da institucionalização da política do livro didático remontam ao Estado Novo, quando foi criado o Instituto Nacional do Livro pelo Decreto nº 93/1937 (Brasil, 2021; Silva et al., 2026). Em 1971, foi criado o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental, posteriormente substituído pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), instituído pelo Decreto nº 91.542/1985. A distribuição de livros de Geografia para o Ensino Fundamental ocorre apenas em 1997, enquanto a distribuição integral para o Ensino Médio ocorre somente em 2009. O PNLD prevê que a indicação dos livros será feita pelos professores e, a partir de 1996, o Guia de Livros Didáticos passa a definir critérios para sua seleção.

Para a consolidação da Geografia Escolar através do livro didático, Azambuja (2014) propõe três momentos. O primeiro, da segunda década do século XX aos anos de 1960, é marcado por autores como Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo e pela Geografia Tradicional, descritiva e mnemônica, ainda atravessada por discriminações na abordagem das populações negras e indígenas (Azambuja, 2014, p. 18). O segundo, iniciado com a LDB nº 5.692/1971, durante a Ditadura Militar, é marcado pela implantação dos Estudos Sociais, expansão do mercado editorial e, nos anos 1980, pela influência das Geografias Radical, Crítica, Humanista e Fenomenológica. O terceiro decorre da LDB nº 9.394/1996, já pós-democratização, que orienta a Educação para uma formação "para o exercício da cidadania"

[5] MEC/Brasil. Orçamento do MEC detalha despesas discricionárias em 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2026/julho/orcamento-do-mec-detalha-despesas-discricionarias-em-2026 Acesso em 23 de julho de 2026.

(Brasil, 1996). Nesse período, os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica (PCNs) tornam-se referência para os primeiros PNLDs e os livros incorporam novas concepções de ensino, assumindo uma perspectiva socioconstrutivista (Azambuja, 2014, p. 28).

Embora seja possível identificar um novo período a partir da BNCC e da Lei nº 13.415/2017 (Cavallini e Richter, 2024), não é objetivo deste trabalho aprofundá-lo. Cabe apenas situar que os volumes analisados são orientados pelas diretrizes e pela linguagem da BNCC, especialmente quanto às competências e aos códigos das habilidades por ela estabelecidos.

A trajetória do PNLD do Ensino Médio 2026-2029 tem início ainda no ano de 2024 com o lançamento do edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação, publicado pelo Ministério da Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esses dois entes compartilham as etapas de execução, mas a avaliação pedagógica compete à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC). O edital estabelece uma série de critérios e itens que devem ser atendidos pelas editoras interessadas. Após a avaliação pedagógica do MEC, as coleções habilitadas são passadas para escolha das redes, com o suporte do Guia do PNLD bem como o acesso às obras na íntegra.

No que se refere a escolha do livro de Geografia, ele compõe a coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas junto aos livros de História, Sociologia e Filosofia, aos quais sua predileção está condicionada. Ou seja, os professores dos referidos componentes devem entrar em acordo para escolher uma coleção em comum. O processo de impressão só começa depois da assinatura dos contratos. Dentre as considerações gerais, encontramos “contribuir com o enfrentamento das desigualdades sociais e a construção de práticas educacionais equitativas” (Brasil, 2024, p. 4), atesta-se um caráter progressista das orientações.

Alguns critérios comuns aos livros de todas as áreas são: ser reutilizável por 4 anos, respeitar o limite de páginas, abordar no mínimo 3 temas contemporâneos por volume, estar alinhadas às leis, diretrizes e normas para a Educação, dentre as quais destacamos: Constituição Federal de 1988, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008), Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), etc. Além disso, o ponto 3.20 exige que a obra deva:

> a) Estar livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, *de gênero, de orientação sexual*, de idade, de linguagem, de religiosidade, de condição de deficiência, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos; (...)
> g) Ao abordar a temática de gênero, objetivar à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homofobia e transfobia; (Brasil, 2024, p. 8, *grifo nosso*)

Outra recomendação especificamente para a coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas também prevê, no ponto 5.9.1:

> b) Apresentar problematizações, ao longo da coleção, de questões de gênero e sexualidades, direitos LGBTQIA+, classe social, raça e etnia, bullying, capacitismo, etarismo, gordofobia, misoginia, intolerância religiosa, dentre outras, contendo reflexões para fins de superação.;
> c) Apresentar problematizações, ao longo da coleção, de questões referentes ao racismo, sexismo, homofobia, transfobia, desigualdade, intolerância religiosa, xenofobia, deslocamentos populacionais, uberização, consumismo, necropolítica, anticientificismo, pseudociência, fake news, fake history, mídias, big techs, inteligência artificial etc, contendo reflexões para fins de superação; (Brasil, 2024, p. 63)

Nesse contexto, compreender o livro didático por um lado como uma política pública, e por outro, como um artefato curricular, implica reconhecer que ele não apenas sistematiza conteúdos, mas também materializa disputas em torno dos conhecimentos eleitos legítimos para

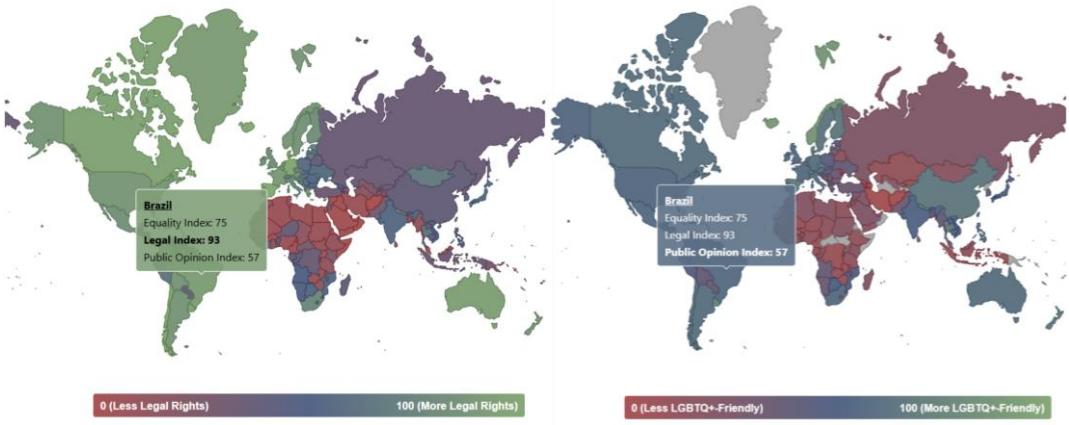
serem ensinados e aprendidos. É a partir desse entendimento que buscamos entender quais as articulações curriculares construídas em torno das questões LGBT+. Como essas questões são incorporadas às coleções? Em quais conteúdos e situações didáticas aparecem? Quais justificativas pedagógicas sustentam sua abordagem? E que possibilidades de trabalho são oferecidas aos docentes? Tais materiais expressam um momento da Geografia escolar e das políticas curriculares brasileiras, permitindo analisar como os debates sobre diversidade e diferença, direitos humanos e cidadania vêm sendo articulados ao ensino de Geografia.

Retomamos a argumentação de que o livro didático é parte da cultura escolar e também um artefato cultural de uma temporalidade e espacialidade. Entendemos que como política de Estado, é, portanto, uma espacialidade centralizada nessa figura (com orientações e normas a serem seguidos), mas que se territorializa em cada escola e sala de aula de uma forma particular. Olhar para a política do livro didático é também vislumbrar um jogo de escalas, desde a sua elaboração, passando pela sua produção, chegando até a sua distribuição pelo território nacional. Esse retrospecto mostra que a evolução do Livro se confunde com o desenvolvimento da Geografia Escolar, como afirma Azambuja (2014), revelando formas e momentos do fazer e pensar o ensino de Geografia. Após um esforço de reconstituir a evolução histórica do Livro didático e atestar que ele continua sendo um elemento fundamental da vida escolar (Tonini e Goulart, 2017), ou seja, um artefato cultural que o revela como um "resultado de um processo de construção social" (Silva, 2016, p. 134).

Embora o ordenamento jurídico brasileiro tenha incorporado avanços importantes no reconhecimento dos direitos LGBT+, persistem violências e desigualdades que atravessam também o cotidiano escolar. Nesse contexto, torna-se relevante compreender de que maneira os livros didáticos participam da produção de representações sobre essas populações.

O problema dessa pesquisa se debruça sobre uma complexa e contraditória realidade. O Brasil figura anualmente, reiteradamente, entre os países com maiores índices de assassinatos de pessoas trans e travestis, conforme levantamentos da Transgender Europe (2017). Ao mesmo tempo, observa-se a coexistência paradoxal entre um país com relevantes avanços jurídicos no reconhecimento de direitos LGBT+ e a persistência de violências simbólicas e materiais direcionadas a essa população, como mostra a pesquisa da Equaldex[6] (2025) (Figura 1 e 2).

Figura 1 (esquerda): Mapa com índice de avanços legais LGBT+ no Brasil.
Figura 2 (direita): Mapa com índice de opinião pública sobre LGBT+ no Brasil.



Fonte: Equaldex (2025).

[6] Disponível em: https://www.equaldex.com/. Acesso em 01 de março de 2026.

Nesse cenário, a escola e o livro didático não são instâncias neutras: participam da produção de sentidos, enquadramentos[7] e reconhecimento dessas vidas. Estamos, portanto, diante de um pressuposto feminista: o conhecimento não é neutro (Oliva, 2023; Silva, 2010; Haraway, 1995), e, debatemos o currículo a partir daí. A epistemologia feminista vem contribuindo, considerando recortes de raça, gênero e sexualidade, para revisitarmos a história do pensamento geográfico e localizar as mulheres na produção científica, por um lado, e por outro, valorizar as interseccionalidades dos marcadores sociais da diferença (gênero, raça, sexualidade) como inerente a produção do espaço.

Como sustentam Firmino e Martins (2017) ao propor que as imagens-clichês do livro sejam problematizadas em vez de simplesmente reproduzidas, o livro didático é produto e produtor de significados, onde discursos são forjados e postos em circulação. Tonini (2003) já mostrava isso ao analisar como o livro reforçava a dicotomia entre desenvolvido e subdesenvolvido e visões colonizadas do Outro, um reforço do senso comum, como sintoma que revela as discriminações do seu tempo. Em entrevista, Eustáquio de Sene, autor de livros didáticos, relativiza a autonomia dos próprios autores sobre o produto final: a escolha das imagens, por exemplo, fica a cargo de outro setor da produção editorial, muitas vezes restrita a bancos de imagens, além disso, a diagramação e profundidade dos conteúdos é atravessada pelas exigências do MEC e por uma vulgata já consolidada na disciplina, difícil de contornar, ainda que o potencial de trabalhar temas como dissidência sexual e de gênero exista e que a qualidade material do livro venha aumentando ao longo dos anos.

Oliveira e Giordani (2017), ao discutirem o Guia do Livro Didático como artefato educativo, mostram que as resenhas de avaliação de cada coleção deixam evidentes as disputas em torno do que se ensinará e será aprendido, do como se ensina. Os autores fazem uma crítica a diversidade cultural tratada nessas resenhas, que tende a ser mecanizada, compartimentada, separando grupos em vez de integrá-los, crítica que dialoga diretamente com a distinção que Tonini (2013) faz entre diversidade e diferença, tratadas como termos correlatos quando não são.

Tonini (2013) amarra os fios que interessam mais diretamente a esta pesquisa. Ela entende as imagens do livro didático como texto cultural e situa esse debate numa virada informacional da escola, em que ferramentas digitais e hipertextos passam a ser incorporados ao conteúdo. Por isso, a inclusão das políticas de identidade das minorias no livro mostra como a escola e a sociedade têm, ainda que o âmbito legislativo e normativo, a contrapelo, de algum modo, trabalhado as políticas afirmativas das identidades minoritárias como um exercício para a cidadania. Diante disso, Tonini (2013) pergunta, se a população LGBT+, ausente e silenciada no livro didático até então, poderia sair desse silenciamento. Os resultados encontrados aqui respondem a essa pergunta: no PNLD do Ensino Médio mais recente, as questões LGBT deixam de ser silenciadas e passam a integrar articulações curriculares.

Nesse sentido, analisar o livro didático significa analisar uma política curricular, uma vez que esse artefato materializa escolhas sobre quais conhecimentos, sujeitos e experiências devem compor o currículo escolar. Mais do que um recurso didático, o livro participa da produção e circulação de discursos, representações e enquadramentos que orientam tanto as práticas pedagógicas quanto às formas de reconhecimento dos diferentes sujeitos no espaço escolar.

[7] Toda vida existe dentro de enquadramentos do seu reconhecimento enquanto uma vida vivível. Não é possível separar a existência da significação, portanto, toda ontologia é uma epistemologia, visto que não existe fora das significações. Segundo Judith Butler, “sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos” (2025, p. 17). E na esteira dessa discussão, algumas vidas são reconhecidas como mais vivíveis que outras, porque são enquadradas dessa maneira.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação documental de abordagem qualitativa, tendo como corpus as coleções de Geografia habilitadas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para o Ensino Médio (2026-2029). Inicialmente, foram consideradas todas as sete coleções habilitadas para o componente curricular, incluindo os respectivos Manuais do Professor, disponibilizados em formato digital, geralmente nas páginas das editoras. Para fins de caracterização do corpus da pesquisa, elaboramos o Quadro 1 contendo os títulos das coleções, suas editoras e respectivos autores.

Quadro 1: Coleções de Geografia Habilitadas no PNLD Ensino Médio (2026-2029)

Título	Editora	Autores
Do seu jeito - Geografia	Editora Ática S.A.	José Eustáquio Sene
Estudos e debates em Geografia	Folia de Letras Editora e Serviços Editoriais	Silas Martins Junqueira; Márcio Abondanza Vitiello
Geografia por toda parte	Editora FTD S.A.	Maria Ângela Gomez Rama; Isabela Gorgatti Cruz Monteiro
Geografia: Espaço e identidade	Editora do Brasil S.A.	Levon Boligian; Andressa Turcatel Alves Boligian
Moderna Plus Geografia	Editora Moderna Ltda.	Lygia Maria Terra; Maria Clara Antonelli; Regina Célia Corrêa de Araújo; Raul Borges Guimarães; André dos Santos Araújo; Cesar Brumini Dellore
Moderna SuperAÇÃO! - Geografia	Editora Moderna Ltda.	Ângela Corrêa da Silva; José Ruy Lozano Rubino Junior; Cesar Brumini Dellore; André dos Santos Araújo; Maria Clara Antonelli
Ser protagonista: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Geografia	Edições SM Ltda.	Valéria Aparecida Vaz da Silva; Fernando dos Santos Sampaio; Ivone Silveira Sucena

Fonte: Guia Digital do PNLD Ensino Médio (2026-2029). Organizado pelo autor (2026).[8]

A primeira etapa da pesquisa consistiu na obtenção e exploração dos arquivos digitais das coleções. Em seguida, foi realizado um levantamento das ocorrências de termos relacionados às populações LGBT+[9], por meio da ferramenta de busca em arquivos PDF. Devido ao elevado tamanho dos documentos, optou-se inicialmente pelo software livre Sumatra PDF, cuja leveza possibilitou a exploração dos arquivos sem comprometer o desempenho do computador. Posteriormente, as ocorrências foram conferidas por meio do leitor de PDF do navegador *Google Chrome*, garantindo a consistência da contagem realizada.

Inicialmente, foram definidos onze descritores: *LGBT*, *lésbica*, *gay*, *bissex*[10], *pessoas trans*, *transgênero*, *travesti*, *transex*, *sexualidade*, *identidade de gênero* e *orientação sexual*. Durante a primeira varredura do material, identificou-se também a ocorrência dos termos *queer*, *cisgênero* e *intersex*, que passaram a integrar o conjunto de descritores analisados, totalizando

[8] Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_ensino_medio_2026_2029/apresentacao. Acesso em 05 de mar. de 2026.

[9] Disponível em Anexo X.

[10] A utilização de radicais, como *bissex*, *transex*, *homossex* e *heterossex*, permitiu recuperar automaticamente diferentes flexões das palavras, como singular, plural e variações de gênero.

quatorze termos. Após a análise preliminar de todas as coleções, foram acrescentados os descritores *homossex*, *heterossex*, *homofobia* e *transfobia*, totalizando dezoito descritores[11].

Embora o Sumatra PDF não fornecesse automaticamente o número total de ocorrências de cada termo, essa limitação foi incorporada como procedimento metodológico da pesquisa. Assim, a contagem manual possibilitou um contato mais aprofundado com os livros, permitindo registrar, além da frequência de ocorrência, as páginas em que os descritores apareciam, seus contextos de inserção e as articulações curriculares estabelecidas ao longo dos conteúdos das coleções.

Com base nos descritores, as ocorrências foram organizadas em três categorias (Quadro 2) (Bardin, 2011): (i) identidades políticas; (ii) marcadores conceituais da diferença; e (iii) violência e discriminação. O levantamento quantitativo das ocorrências serviu como critério para a seleção das coleções submetidas à análise. Em razão de limitações, foram selecionadas as duas coleções que apresentaram maior recorrência dos descritores: Moderna Plus, com 110 ocorrências, e Geografia por Toda Parte, com 63 ocorrências. Essa foi uma opção consciente, fundamentada no objetivo, de entender como a questão LGBT+ é retratada nos livros, por isso, selecionamos os materiais que apresentaram maior potencial analítico.

Quadro 2: Categorização dos termos de busca

Identidades Políticas	Marcadores conceituais da diferença	Violência e discriminação
LGBT	sexualidade	homofobia
lésbica	identidade de gênero	transfobia
gay	orientação sexual	
bissex	homossex	
pessoas trans	heterossex	
transgênero		
travesti		
transex		
queer		
cisgênero		
intersex		

Elaboração própria (2026).

Ainda que o levantamento das ocorrências dos descritores tenha se constituído em uma etapa importante da pesquisa, sua finalidade foi subsidiar a seleção do corpus e orientar a análise das coleções. Nesse sentido, dialogamos com a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), sobretudo no emprego de procedimentos de codificação, categorização e sistematização dos dados. Entretanto, a análise de conteúdo foi utilizada como estratégia de organização e categorização do corpus, enquanto a interpretação dos resultados se guiou por uma leitura discursiva orientada pelo referencial teórico, de modo a compreender os sentidos produzidos pela presença, ausência e formas de abordagem das populações LGBT+ nos livros didáticos.

[11] Optamos por não utilizar o termo isolado gênero como descritor. Essa decisão decorreu do fato de que o termo apresenta ampla polissemia, e além de retornar assuntos como mulheres, feminino e feminismo, poderia retornar gêneros textuais etc. Como o objetivo consistia em identificar referências às dissidências de gênero e sexualidade, buscou-se utilizar descritores mais precisos. Reconhecemos, contudo, que tais debates são frequentemente interseccionais e que, em diversos momentos, as análises dialogam com as discussões de gênero em sentido mais amplo.

Assim, mais do que contabilizar ocorrências, busca-se interpretar como essas populações são enquadradas curricularmente e quais possibilidades de reconhecimento são produzidas pelas coleções analisadas.

As ocorrências foram examinadas, considerando:

- O contexto temático em que aparece (população, mundo do trabalho, direitos humanos, movimentos sociais etc.);
- Se há referência à violência ou à discriminação;
- A eventual menção a movimentos sociais e processos históricos de luta por direitos;
- A utilização de imagens, gráficos ou outras linguagens visuais associadas.

Por fim, destacamos que a pesquisa privilegiou a análise dos conteúdos textuais das coleções, sem desenvolver uma investigação sistemática dos elementos iconográficos, como fizeram outros autores no âmbito da Geografia (Tonini, 2003; 2013; Firmino, 2017; 2020; Pinheiro, 2024). Essa escolha decorre tanto do recorte da pesquisa quanto das diretrizes do próprio edital do PNLD, que estabelece critérios para a representação visual dos diferentes grupos sociais, buscando evitar imagens estigmatizantes ou que reproduzam situações de violência. Ainda assim, sempre que pertinente à discussão, foram realizadas observações sobre imagens e demais elementos gráficos.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Levantamento inicial das ocorrências

A busca pelos descritores revelou diferenças significativas quanto à frequência de ocorrências dos termos. Conforme apresentado no Quadro 3, a coleção *Moderna Plus* apresentou o maior número de ocorrências totais (110), seguida por *Geografia por Toda Parte* (63). Em contraste, a coleção *Geografia: Espaço e Identidade* registrou apenas duas (2) ocorrências, enquanto *Do Seu Jeito* também apresentou baixa recorrência dos descritores, doze (12). Isso evidencia que a incorporação das questões relacionadas às dissidências de gênero e sexualidade não ocorre de maneira homogênea entre as coleções.

Os resultados do levantamento também permitem identificar diferenças para além da frequência absoluta dos termos. Visualizamos na organização das ocorrências por categoria ("Identidades políticas", "Marcadores conceituais da diferença" e "Violência e discriminação") que cada coleção atribui maior ou menor ênfase a determinados aspectos das discussões sobre as populações LGBT+.

Enquanto a coleção *Moderna Plus* concentra o maior número de ocorrências relacionadas às "Identidades políticas" e compartilha com *Estudos e Debates em Geografia* a maior frequência de "Marcadores conceituais da diferença", esta última se destaca nas ocorrências vinculadas às categorias de "Violência e discriminação". Esses resultados sugerem que as diferenças entre as coleções não se restringem ao volume de menções, mas também aos modos e a ênfase desde as quais os temas são articulados ao currículo.

Outro aspecto revelado pelo levantamento é das formas de apresentação das identidades LGBT+ nas coleções. Observou-se que algumas obras empregam variações da sigla LGBT+, muitas vezes sem explicitar seu significado ou desenvolver os termos que compõem o aforismo.

De modo semelhante, embora descritores como travesti, transexual, pessoas trans, intersexo, cisgênero e *queer* sejam, em determinados momentos, acompanhados de definições ou explicações, não foram identificadas explicações equivalentes para os termos lésbica, gay e bissexual. Essa diferença pode indicar que determinadas identidades sexuais são tratadas como conhecimentos já pressupostos pelos materiais didáticos ou que eles evitam entrar no terreno das práticas sexuais (tão polêmicas no ambiente escolar), enquanto outras demandam maior contextualização. Ainda que esta pesquisa não permita afirmar as razões dessa opção editorial, tal resultado constitui um indício sobre as diferentes estratégias de apresentação das dissidências de gênero e sexualidade nos livros didáticos.

Em conjunto, esses resultados reforçam que as coleções aprovadas pelo PNLD, embora submetidas aos mesmos critérios gerais de avaliação, apresentam diferenças em relação à incorporação de vidas LGBT+. Essas variações sugerem que aspectos relacionados às escolhas autorais, aos projetos editoriais e às concepções curriculares podem influenciar os enquadramentos produzidos pelos livros didáticos, hipótese que será explorada a seguir.

Quadro 3: Número de ocorrências dos termos nos livros de Geografia das coleções habilitadas pelo PNLD do Ensino Médio (2026-2029).

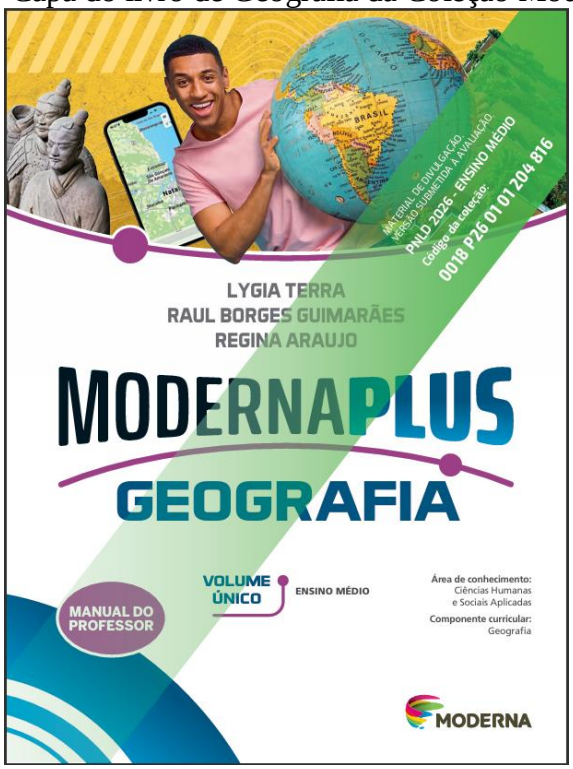
Categorias	Termos	Moderna Plus	Geografia por toda parte	Estudos e debates em Geografia	Ser protagonista	Moderna SuperAÇÃO!	Do seu jeito	Geografia: Espaço e identidade
Identidades Políticas	LGBT	50	13	11	14	14	6	1
	lésbica	3	6	0	1	0	0	0
	gay	3	6	1	1	0	0	0
	bissex	3	7	0	1	0	0	0
	pessoas trans	3	2	0	2	3	0	0
	transgênero	2	6	0	1	2	0	0
	travesti	5	1	0	0	0	1	0
	transex	4	3	1	0	1	0	0
	queer	2	1	0	3	0	0	0
	cisgenero	2	0	0	0	0	0	0
	intersex	2	1	0	1	0	0	0
	TOTAL	**79**	**46**	**13**	**24**	**20**	**7**	**1**
Marcadores conceituais da diferença	sexualidade	10	2	10	1	0	1	1
	identidade de gênero	3	3	0	0	0	1	0
	orientação sexual	9	8	9	1	4	2	0
	homossex	5	1	9	1	0	0	0
	heterossex	1	0	0	2	0	0	0
	TOTAL	**28**	**14**	**28**	**5**	**4**	**4**	**1**

Violência e discriminação	homofobia	2	2	6	4	3	1	0
	transfobia	1	1	2	1	3	1	0
	TOTAL	**3**	**3**	**8**	**5**	**6**	**2**	**0**
TOTAL CATEGORIA		110	63	49	34	30	13	2

Elaboração própria (2026).

4.2 Análise dos resultados na Coleção Moderna Plus

Figura 3: Capa do livro de Geografia da Coleção Moderna Plus



Fonte: Terra, Guimarães e Araujo, 2024.

A primeira aparição é nos elementos pré textuais, logo na página 6 do livro, na seção *Conheça seu livro* em há um *print* da abertura da Unidade 6 *Conflitos e desigualdades*, no texto de introdução dessa unidade são mencionados alguns termos. Outro momento da parte pré-textual, no sumário (Terra, Guimarães e Araujo, 2024, p. 11) aparece um objeto digital, um infográfico clicável intitulado *Conquistas de direitos da população LGBTQIA+*.

É na Unidade 5 - Sociedade, política e cultura, nos capítulos 9 *Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais* (Terra, Guimarães e Araujo, 2024, p. 256-285) e 10 *Brasil: diversidade cultural* (Terra, Guimarães e Araujo, 2024, p. 286-310) em que está sistematizada a primeira articulação curricular. Na página 271, a seção *Em pauta* traz um texto sobre imigração na Europa de Gideon Rachman (2016, *apud* Terra, Guimarães e Araujo, 2024). A discussão recupera os direitos LGBT+ para falar sobre o tensionamento conflituoso entre imigrantes do Oriente Médio e África nas terras estrangeiras (Europa). Segundo esse texto, ao migrarem para esses países levam suas atitudes (*sic*) e costumes mais conservadores e sexistas, o que gera, segundo o texto, um impacto frente a uma cultura mais aberta a "*novos valores societários*". o texto em si fala que "*o feminismo tem feito grandes progressos na Europa e as atitudes em relação aos direitos dos homossexuais sofreram uma mudança*" (Rachman, 2016, *apud* Terra, Guimarães e Araujo, 2024, p. 271). O boxe de atividades nesta página sugere no item 3 que os estudantes reflitam se concordam com a argumentação do autor e os convida a refletir sobre as dificuldades que mulheres e comunidade LGBT+ enfrentam no Brasil.

Na página 274, aparece na seção *Causas da mortalidade* menção ao termo sexualidade, o contexto é de discussão da violência contra a mulher. É interessante que esse trecho traz até mesmo a explicação do que é misoginia e feminicídio. Neste momento, aparece o termo "sexualidade", explicando que a misoginia leva à "*repressão e abusos relacionados à sexualidade*" das mulheres. Em seguida aparece um gráfico com as taxas de homicídios femininos e feminicídios por região com os dados de 2022 do Anuário brasileiro de segurança pública do Fórum de Segurança Pública.

Já no Capítulo 10, na página 301, aparece o termo "orientação sexual" no texto *A luta pelos direitos da população negra*. É mencionada a proposição interseccional de Djamila Ribeiro, considerando que, além da condição de raça-cor e gênero de uma mulher negra, outras condições podem se combinar na experiência de múltiplas violências vividas.

Na unidade 6 - *Conflitos e desigualdades*, logo na página de abertura (Terra, Guimarães e Araujo, 2024, p. 312), outra ocorrência, essa será a unidade com maior concentração de termos. A unidade 6 é comum na coleção dos livros da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e, como sugerem os autores no livro do professor, ela foi projetada para ser trabalhada interdisciplinarmente entre os componentes curriculares da área de Ciências Humanas. A aparição do termo "gênero" se dá em um quadro com o sumário da unidade 6 nos livros de História, Sociologia e Filosofia da coleção. O oitavo capítulo do livro de Sociologia é dedicado, *Gênero, sexualidades e identidades*. Na página 313, ainda nas páginas de abertura da Unidade, ao trabalhar com a questão de refugiados, a seção *Na prática* traz um conteúdo sobre as Olimpíadas de 2016. Ele informa que desde 2016, o Comitê Olímpico Internacional criou uma equipe de atletas refugiados, dentre eles, a boxeadora medalhista Cindy Ngamba é mencionada em sua história de vida. Contam que ela se refugiou no Reino Unido aos 11 anos, depois de ser perseguida no seu país de origem, Camarões, em razão de sua orientação sexual (*sic*). O texto memora que no referido país, a homossexualidade ainda é um crime. Um boxe de atividades sugere que os estudantes reflitam sobre as dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBT+ e proponham medidas para garantir o respeito à diversidade.

Adiante, na página 314, no capítulo 11 *A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais* a primeira seção fala da origem da ONU, remonta as duas grandes guerras do século XX, nesse contexto, a população LGBT é citada quando comentam que um dos horrores do nazismo não foi só no extermínio de judeus, mas também de homossexuais, comunistas e ciganos.

Na página 317, em continuação da seção que se inicia na página 316, *A ampliação das formas de atuação*, explicam a amplitude dos temas em direitos humanos tratados pela ONU, há uma subseção *O combate à violência contra as mulheres*. Nesta seção o texto discute o empoderamento feminino e o mal do sexismo de forma bastante inclusiva. Reproduzimos aqui:

> O **sexismo** é uma forma de discriminação que se alimenta do preconceito de gênero para consolidar desigualdades entre homens e mulheres e legitimar, ainda que de modo velado, a violência contra as mulheres e contra grupos com identidade de gênero e/ou orientação sexual que não correspondem ao homem **cisgênero** heterossexual. (Terra, Guimarães e Araujo, 2024, p. 317, *grifos no original*)

Notamos que os autores tiveram a preocupação de incluir pessoas que fogem da normativa do dimorfismo sexual (Preciado, 2014) quando sublinham, num claro aceno a comunidade trans, homem cisgênero heterossexual. Nesta página, inserem um Glossário explicando o que é o termo *cisgênero* (Figura 4). Ao se referir ao privilégio masculino, denotam que se trata de vantagens a homens dentro dos contornos da cisgeneridade, de uma masculinidade que se produz dentro das expectativas estreitas e deterministas da verdade do sexo e da sexualidade (Preciado, 2014). É interessante notar que além de visibilizar a comunidade LGBT+, inclusive mencionando o termo transfeminista cisgênero, os autores nomeiam justamente a heterossexualidade – apenas uma vez –, o que corrobora com a ideia *foucaultiana* de a norma não se nomeia e opera silenciosa (Seffner, 2022).

Figura 4: Glossário explicativo do termo "cisgênero" na Coleção Moderna Plus.



Fonte: Terra, Guimarães e Araujo, 2024.

Apesar de acenar para o transfeminismo e a existência de pessoas trans, a explicação do termo ainda se contém ao naturalismo de referenciar o sexo biológico para definir o *cis* e o *trans*, esquivando-se da problematização de tal afirmativa e dos limites da biologia na definição de um organismo sexuado (Preciado, 2014), e o que de alguma forma poderia reforçar a ideia falaciosa de que transexuais são aquelas pessoas que se submeteram a algum procedimento cirúrgico ou ingestão hormonal. De qualquer forma, é bastante promissor o movimento que o livro faz de mencionar e explicar o que é cisgênero em contraposição ao transgênero/transexual.

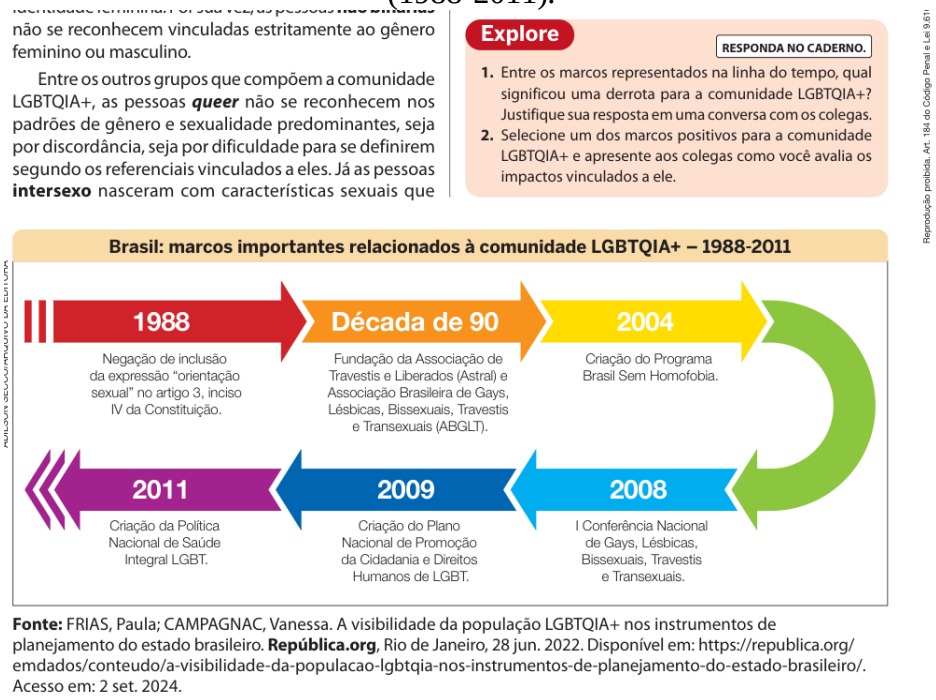
Mais uma vez na página 317, mencionam a violência contra a mulher e formas de reversão dessa condição. Ao dar forma para os sujeitos autores de violências contra as mulheres, nomeiam uma masculinidade (como poderíamos denominar tóxica) como aquela que tenta enclausurar, não só o feminino, mas também outras masculinidades não-hegemônicas, para se sobrepor como dominante e opressora, no sentido de Iris Marion Young (2021).

A página 318 concentra menção a vários termos, bem como a página 319. Trata-se de uma subseção dentro do capítulo que concentra energias em discutir a questão LGBT+, *Atuação da ONU em prol da comunidade LGBTQIA+*. Os autores adotam a sigla "LGBTQIA+" e se preocupam em explicar o significado de alguns termos, começando pelo '+', explicam que o sinal indica outras identidades e expressões de gênero não contempladas na sigla (*sic*). De forma informativa, com atenção os quatro últimos termos (TQIA), deixando lésbicas, gays e bissexuais subentendidos, explicam que o T se refere às identidades transgêneras, mencionam transexuais, travestis e pessoas não-binárias, reforçam que essas terminologias significam tanto pessoas com identidades femininas quanto masculinas, com exceção de travesti que designa pessoas trans de identidade especificamente feminina, também explicam que pessoas não-binárias são aquelas que não se vinculam estreitamente ao feminino ou ao masculino.

Nessa parte, os autores do livro se preocupam também em explicar o que significa *queer*, segundo eles, é tanto uma identidade quanto uma expressão de gênero, definido como aquilo/aquele que escapa o padrão predominante. O termo intersexo também é explicado sem estigmas, inclusive, apontando que o fato de uma pessoa se reconhecer e ser intersexo não define sua identidade de gênero ou a sua orientação sexual. E, por fim, os indivíduos assexuais também aparecem, eticamente explicam que ser uma pessoa assexual não impede a pessoa de construir diferentes formas de relações e de afeto. Na esteira, dizem que a sigla tenta expressar a diversidade que caracteriza essa população e busca garantir cidadania dessas pessoas. Informam que a Constituição brasileira está alinhada aos princípios de direitos humanos e diretrizes da ONU em relação aos direitos LGBTI+, mas que frequentemente essa população ainda enfrenta dificuldades frente à sociedade que, por vezes, estigmatiza essas existências.

Em um box *Explore*, eles sugerem duas questões para os estudantes responderem no caderno, e ao final de cada uma, justificar e conversar, discutir com os colegas. Esse box pede para que os estudantes observem a linha do tempo que vem a seguir, *Brasil: marcos importantes relacionados à comunidade LGBT+, 1988 até 2011* (Figura 5). Os marcos vão desde a negação da inclusão de orientação sexual na Constituição até a criação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT de 2011.

Figura 5: Linha do tempo de marcos importantes da comunidade LGBT+ no Brasil (1988-2011).



Fonte: FRIAS, Paula; CAMPAGNAC, Vanessa. A visibilidade da população LGBTQIA+ nos instrumentos de planejamento do estado brasileiro. **República.org**, Rio de Janeiro, 28 jun. 2022. Disponível em: https://republica.org/emdados/conteudo/a-visibilidade-da-populacao-lgbtqia-nos-instrumentos-de-planejamento-do-estado-brasileiro/. Acesso em: 2 set. 2024.

Fonte: Terra, Guimarães e Araujo, 2024.

Na página 319, também aparece expressivamente alguns dos termos elencados na nossa busca. Tem início nesta página a subseção *A luta pelo fim da violência contra as pessoas LGBTQIA+*. O texto traz dados levantados por entidades do movimento LGBT+ no Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil (pesquisa liderada pelo Grupo Gay Bahia), define o que é homofobia e transfobia, além de sublinhar que essas formas de discriminação quando postas em ato são considerados crimes no Brasil, equiparado ao crime de racismo (desde 2019), e que tais crimes são inafiançáveis, inclusive podendo levar à pena de 2 a 5 anos de prisão.

Além de nomear a violência motivada por preconceito, dizem que há outros desafios enfrentados pela comunidade no Brasil. Os autores se preocupam também em mencionar algumas conquistas do movimento LGBT+ no Brasil, como o reconhecimento da união civil, ou seja, o casamento entre pessoas homossexuais, e também do avanço progressivo em relação ao nome social de pessoas trans. O texto informa que a ONU tem valorizado ações em prol da comunidade LGBT+, como a Parada do Orgulho de São Paulo – uma das maiores do mundo, entrando para o Guinness World Records em 2017.

No corpo do texto está disposta uma imagem de drone da Parada do Orgulho LGBT+ em São Paulo de 2023, com a Avenida Paulista lotada[12]. Um glossário ao lado explica o que é nome social: "nome escolhido por uma pessoa transgênera, diferente do registrado na certidão de nascimento, com o qual ela prefere ser chamada." Um box *Sugestão* sugere um vídeo curto de 2 minutos de 2014, feito pela ONU Brasil, *Livres e Iguais, Nações Unidas: Um bilhão se mobilizam*, e sugere um objeto digital, um infográfico clicável de conquistas e direitos da população LGBT+.

A próxima aparição será no capítulo 11, página 339, o texto de abordagem descritiva fala sobre a estrutura governamental do país, explica que é o Ministério das Relações Exteriores responsável pela política externa no Brasil, que integramos o Conselho de Segurança das Nações Unidas e somos signatários de diversos documentos internacionais no âmbito da ONU.

[12] Optamos por não reproduzir porque a resolução não é tão boa.

Adiante fala da representação do Brasil na ONU, feito por meio de agências, programas, e também da sociedade civil organizada.

> De seu lado, a ONU tem representação no Brasil. Por meio de diversas agências e alguns programas, a instituição age em parceria com governos nas esferas federal, estadual e municipal e com instituições privadas, organizações não governamentais ou da sociedade civil para implementar ações que promovam o desenvolvimento humano, como as que você estudou, ligadas à defesa dos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+. (Terra, Guimarães e Araujo, 2024, p. 339)

Por fim, irão falar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Citam que um dos ODS é o de justamente diminuir as desigualdades de gênero, cor, idade etc. (Terra, Guimarães e Araujo, 2024, sic), incluindo subentendido que as pautas LGBT estariam inclusas. Essa é a última página do livro do estudante em que aparece menção aos termos investigados.

No manual do professor também houve ocorrências. Com início na 387 posição de página do pdf, sua paginação é diferenciada do restante do material, vai do MP001 até MP112. De maneira geral, o Manual do Professor da coleção Moderna Plus adota uma postura propositiva, argumentativa e comprometida com a inserção das discussões sobre diversidade de gênero e sexualidade no ensino de Geografia e interdisciplinarmente com História, Sociologia e Filosofia. Ao comentar as unidades e capítulos, os autores procuram justificar pedagogicamente a presença dessas temáticas, articulando-as às competências previstas pela Base Nacional Comum Curricular, especialmente às Competências Gerais 8 e 9:

> 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
> 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, 2018, p. 10)

E também à Competência Específica 5 da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: "Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos" (Brasil, 2018). Em um dos momentos, a coleção faz referência explícita à habilidade EM13CHS503[13], indicando possibilidades de alavancar as discussões em sala.

Além das orientações relativas às atividades presentes no Livro do Estudante, o Manual também apresenta materiais complementares destinados ao professor. Entre eles, destaca-se um texto sobre a condição de pessoas refugiadas em razão de sua sexualidade e identidade de gênero (Terra, Guimarães e Araujo, 2024, p. MP089), oferecendo subsídios para ampliar a discussão para além do conteúdo originalmente apresentado aos estudantes.

Apesar do Manual propor a construção de um ambiente de respeito e diálogo – chegando a orientar que o professor conduza determinadas discussões em um "*clima de profundo respeito*" (Terra, Guimarães e Araujo, 2024, p. MP087, *sic*,) –, a efetivação dessas propostas depende das condições concretas de cada contexto escolar. Considerando que docentes podem enfrentar resistências institucionais, comunitárias ou mesmo situações de perseguição ao abordar questões de gênero e sexualidade (ONVE, 2025), a implementação dessas orientações não ocorre de forma homogênea. E esse aspecto evidencia que as potencialidades das articulações curriculares presentes no livro didático são atravessadas pelas condições do chão da escola.

[13] "Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos." (Brasil, 2018).

4.3 Análise dos resultados na Coleção Por toda parte

Figura 6: Capa do livro de Geografia da Coleção Por toda parte



Fonte: Rama e Monteiro, 2026.

O livro da Coleção Por toda parte está organizado de forma distinta, apesar do livro de orientações ao professor ter início só na página 417, no decorrer do livro do aluno, as atividades sugeridas são comentadas em comentários grafados em rosa na página.

Logo na abertura, página 3, a orientação sexual é mencionada na apresentação do livro pelas autoras, situando que a proposta é acolher diferentes realidades. A próxima menção ocorre no sumário do livro. No capítulo 16, *Trabalho sociedade e tecnologia*, há uma seção nomeada *Desigualdade e condições precárias no trabalho* em que há uma subseção intitulada *Gênero e orientação sexual* (Rama e Monteiro, 2026, p. 352).

A próxima ocorrência é só página 344, na abertura do capítulo 16[14]. A ocorrência aparece em sugestão ao professor – comentário grafado em rosa. A imagem de abertura do capítulo traz um artista com deficiência, ele está pintando com um pincel na boca. Na proposição da atividade reflexiva, a questão número 2 pergunta quais outros grupos enfrentam dificuldade para se inserir no mercado de trabalho devido ao preconceito. Nas expectativas de resposta está escrito que os alunos podem mencionar os preconceitos relacionados a "cor e raça, classe social, gênero, idade, orientação sexual etc" (Rama e Monteiro, 2026 p. 344, sic). A menção ao termo LGBT+ também está listada nos objetivos deste capítulo: "Analisar questões do mundo do trabalho relacionadas a grupos mais vulneráveis, como jovens, negros, mulheres, LGBTQIAPN+ etc." (Rama e Monteiro, 2026, p. 344)

A próxima aparição é na página 347. Na subseção *Jovens no mercado de trabalho,* as autoras dizem que determinados grupos em razão dos marcadores sociais da diferença, como a orientação sexual, enfrentam dificuldades devido ao preconceito e discriminação. Novamente o termo 'orientação sexual' se repete na página 352, na subseção dentro do capítulo 16, intitulada *Gênero e orientação sexual*. É curioso o título não ser "gênero e sexualidade", esse

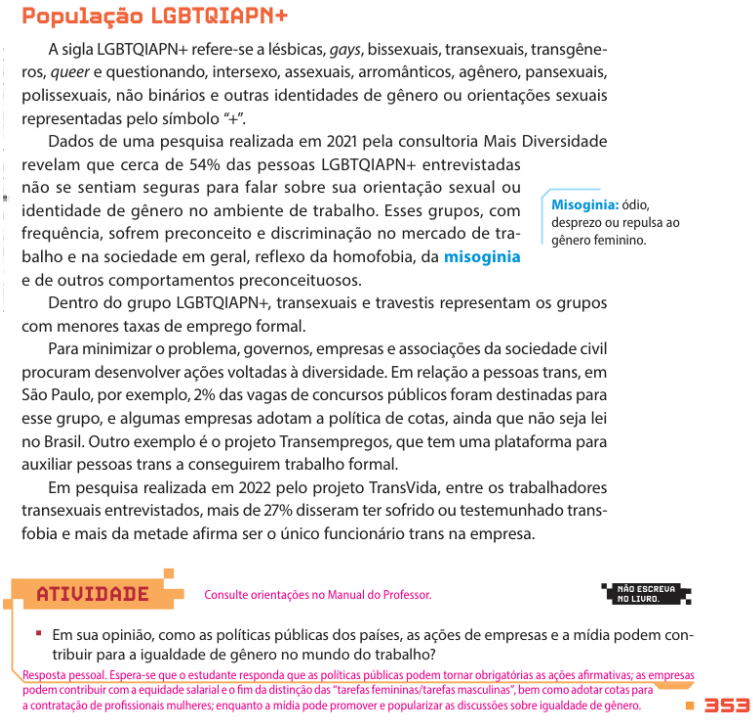
[14] A sigla utilizada pela coleção é LGBTQIAPN+.

parece ser um esforço para justamente desmantelar a ideia de uma suposta ‘opção sexual’ e corresponder às condições do *ser*.

Primeiro, o texto aborda de forma crítica a inserção no mercado de trabalho em termos de (*cis*)gênero(s), apresentando um gráfico mostrando que a taxa de ocupação tende a ser vantajosa para homens (o gráfico divide por sexo (*sic*) e macrorregião). As autoras seguem falando sobre a desigualdade salarial entre homens e mulheres, que o mundo do trabalho resguarda uma generificação dos postos de trabalho e falam que apesar dos avanços, algumas questões, como a distribuição de tarefas e responsabilidades domésticas, desfavorecem mulheres no mercado de trabalho.

A página 353 é disparadamente a página concentra maior número de menções a vários dos termos que selecionamos. Há na página 353 uma (sub)subseção: *População LGBTQIAPN+* (Figura 7). É interessante que a sigla utilizada seja uma das mais extensas da *sopa de letrinhas*, LGBTQIAPN+, e as autoras, conscientemente, optaram por usá-la. Elas nomeiam cada uma das identidades políticas as quais referem-se às letras da sigla, apesar de não explicar cada uma.

Figura 7: Apresentação e definição da sigla LGBTQIAPN+ na Coleção Por toda parte.



População LGBTQIAPN+

A sigla LGBTQIAPN+ refere-se a lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, transgêneros, *queer* e questionando, intersexo, assexuais, arromânticos, agênero, pansexuais, polissexuais, não binários e outras identidades de gênero ou orientações sexuais representadas pelo símbolo "+".

Dados de uma pesquisa realizada em 2021 pela consultoria Mais Diversidade revelam que cerca de 54% das pessoas LGBTQIAPN+ entrevistadas não se sentiam seguras para falar sobre sua orientação sexual ou identidade de gênero no ambiente de trabalho. Esses grupos, com frequência, sofrem preconceito e discriminação no mercado de trabalho e na sociedade em geral, reflexo da homofobia, da **misoginia** e de outros comportamentos preconceituosos.

Misoginia: ódio, desprezo ou repulsa ao gênero feminino.

Dentro do grupo LGBTQIAPN+, transexuais e travestis representam os grupos com menores taxas de emprego formal.

Para minimizar o problema, governos, empresas e associações da sociedade civil procuram desenvolver ações voltadas à diversidade. Em relação a pessoas trans, em São Paulo, por exemplo, 2% das vagas de concursos públicos foram destinadas para esse grupo, e algumas empresas adotam a política de cotas, ainda que não seja lei no Brasil. Outro exemplo é o projeto Transempregos, que tem uma plataforma para auxiliar pessoas trans a conseguirem trabalho formal.

Em pesquisa realizada em 2022 pelo projeto TransVida, entre os trabalhadores transexuais entrevistados, mais de 27% disseram ter sofrido ou testemunhado transfobia e mais da metade afirma ser o único funcionário trans na empresa.

ATIVIDADE Consulte orientações no Manual do Professor.

NÃO ESCREVA NO LIVRO.

- Em sua opinião, como as políticas públicas dos países, as ações de empresas e a mídia podem contribuir para a igualdade de gênero no mundo do trabalho?

Resposta pessoal. Espera-se que o estudante responda que as políticas públicas podem tornar obrigatórias as ações afirmativas; as empresas podem contribuir com a equidade salarial e o fim da distinção das "tarefas femininas/tarefas masculinas", bem como adotar cotas para a contratação de profissionais mulheres; enquanto a mídia pode promover e popularizar as discussões sobre igualdade de gênero.

353

Fonte: Rama e Monteiro, 2026.

A propósito, elas informam que a letra Q, além de referir ao *queer* também se refere à “*questionando*”; também a letra A, que além dos assexuais, incluem arromânticos e agêneros; e, no P os pansexuais e polissexuais; o N que se refere a não-binários. Incluem ao final a (básica) explicação de que o ‘+’ inclui aquelas outras identidades de gênero e orientações sexuais que ficaram de fora.

Nessa seção, citam uma pesquisa de 2021 que revela que mais da metade das pessoas LGBT+ não se sentem seguras no ambiente de trabalho justamente por ser uma pessoa LGBT+. De forma crítica expõem que a discriminação no mercado de trabalho é reflexo da homofobia, transfobia, misoginia e outros “*comportamentos preconceituosos*” (*sic*). As autoras sublinham que dentro deste macro-grupo, pessoas trans e travestis têm menor taxa de emprego formal, e que para minimizar o impacto, entes – como governo, empresas e a própria sociedade organizada – desenvolvem ações para promover o respeito à diversidade. Dão como exemplo

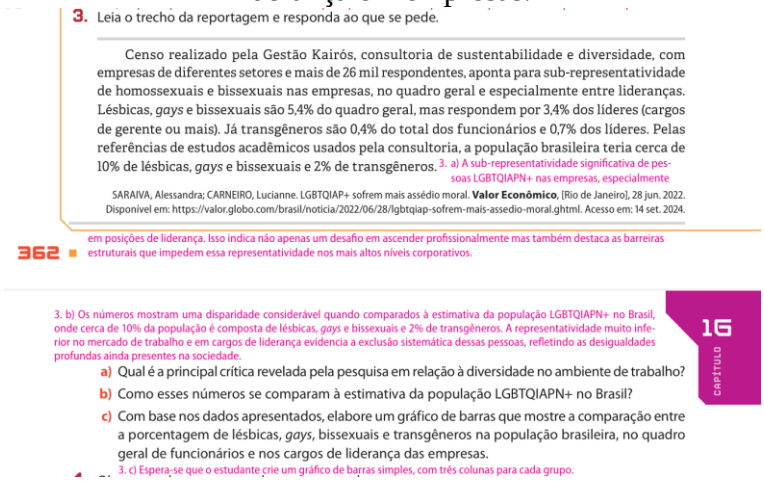
iniciativas de ações afirmativas para pessoas trans citando o caso de São Paulo que reserva 2% das vagas de concursos públicos para pessoas trans; também mencionam a plataforma Transempregos[15] que tem o objetivo de aumentar a empregabilidade para pessoas trans; e uma pesquisa do projeto TransVida que entrevistou vários trabalhadores trans do mercado formal, como resultado, mais da metade dessas pessoas afirmou ser a única pessoa trans na empresa.

Ao final da página há uma seção de atividade que propõe pensar como políticas públicas, como empresas e como a mídia poderiam contribuir para a igualdade de gênero no mundo laboral. Nessa página há um comentário em rosa destinado ao professor:

> Resposta pessoal. Espera-se que o estudante responda que as políticas públicas podem tornar obrigatórias as ações afirmativas; as empresas podem contribuir com a equidade salarial e o fim da distinção das "tarefas femininas/tarefas masculinas", bem como adotar cotas para a contratação de profissionais mulheres; enquanto a mídia pode promover e popularizar as discussões sobre igualdade de gênero (Rama e Monteiro, 2026, p. 353)

Na seção de Atividades finais do capítulo 16 (p. 362-363), a questão 3 apresenta um trecho de reportagem do Valor Econômico que comenta uma pesquisa conduzida pela Gestão Kairós sobre mercado de trabalho e presença LGBT+ nas empresas (Figura 8). A atividade é composta de três exercícios (a, b, c). Na letra a pergunta-se em relação à reportagem qual a crítica em relação aos dados apresentados; a segunda pergunta como os números do ambiente de trabalho contrastam com as estimativas do percentual de população LGBT no Brasil (dado também presente na reportagem); e, o terceiro, a letra c, pede para o aluno construir com base nos dados apresentados na reportagem, um gráfico de barras simples que compare o percentual LGBT na população brasileira, o percentual no quadro de funcionários e o percentual nos cargos de liderança das empresas.

Figura 8: Atividade sobre a presença de pessoas LGBT+ no quadro funcional e cargos de liderança em empresas.



3. Leia o trecho da reportagem e responda ao que se pede.

Censo realizado pela Gestão Kairós, consultoria de sustentabilidade e diversidade, com empresas de diferentes setores e mais de 26 mil respondentes, aponta para sub-representatividade de homossexuais e bissexuais nas empresas, no quadro geral e especialmente entre lideranças. Lésbicas, *gays* e bissexuais são 5,4% do quadro geral, mas respondem por 3,4% dos líderes (cargos de gerente ou mais). Já transgêneros são 0,4% do total dos funcionários e 0,7% dos líderes. Pelas referências de estudos acadêmicos usados pela consultoria, a população brasileira teria cerca de 10% de lésbicas, *gays* e bissexuais e 2% de transgêneros.

3. a) A sub-representatividade significativa de pessoas LGBTQIAPN+ nas empresas, especialmente em posições de liderança. Isso indica não apenas um desafio em ascender profissionalmente mas também destaca as barreiras estruturais que impedem essa representatividade nos mais altos níveis corporativos.

SARAIVA, Alessandra; CARNEIRO, Lucianne. LGBTQIAP+ sofrem mais assédio moral. **Valor Econômico**, [Rio de Janeiro], 28 jun. 2022. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/28/lgbtqiap-sofrem-mais-assedio-moral.ghtml. Acesso em: 14 set. 2024.

362

3. b) Os números mostram uma disparidade considerável quando comparados à estimativa da população LGBTQIAPN+ no Brasil, onde cerca de 10% da população é composta de lésbicas, *gays* e bissexuais e 2% de transgêneros. A representatividade muito inferior no mercado de trabalho e em cargos de liderança evidencia a exclusão sistemática dessas pessoas, refletindo as desigualdades profundas ainda presentes na sociedade.

a) Qual é a principal crítica revelada pela pesquisa em relação à diversidade no ambiente de trabalho?

b) Como esses números se comparam à estimativa da população LGBTQIAPN+ no Brasil?

c) Com base nos dados apresentados, elabore um gráfico de barras que mostre a comparação entre a porcentagem de lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros na população brasileira, no quadro geral de funcionários e nos cargos de liderança das empresas.

3. c) Espera-se que o estudante crie um gráfico de barras simples, com três colunas para cada grupo.

CAPÍTULO 16

Fonte: Rama e Monteiro, 2026.

A próxima aparição será na página 371, no capítulo 17, *Mundo em movimento: fluxos populacionais*, o contexto é de uma seção de atividades. A terceira questão discute, a partir do trecho de uma notícia no site Conectas, uma pesquisa do Datafolha sobre xenofobia, imigrantes estrangeiros no Brasil e a recepção pelos brasileiros. Em resumo, o texto da notícia questiona o senso comum de que estrangeiros seriam bem recebidos pelos brasileiros, de forma crítica apresenta dados que mostram uma distinção no tratamento desses migrantes que se relaciona primordialmente a questões raciais – neste momento são citados também a 'identidade de gênero' e 'orientação sexual' como fatores que influenciam na diferenciação de tratamento dos migrantes no país. Há dois exercícios (a e b), onde sugerem que os alunos reflitam e digam suas

[15] Disponível em: https://www.transempregos.com.br/ Acesso em 24 de julho de 2026.

opiniões a respeito do combate à xenofobia, sobretudo aquela motivada por origem e raça-cor dos migrantes.

A próxima aparição se situa na abertura do capítulo 18, *Conflitos e paz: do local ao global*, página 384, novamente em grafo rosa de uma instrução ao professor. Há na página um breve texto convidativo, que no primeiro momento tenta desmistificar que conflitos só aconteceriam no Oriente Médio e na África. Logo após está uma seção de atividades com 3 questões, a terceira questão propõe: "*Embora o território brasileiro esteja fisicamente distante dos mais intensos e recentes conflitos ocorridos em outros continentes, nosso país tem conflitos e problemas internos que fazem muitas vítimas. Cite alguns deles*" (Rama e Monteiro, 2026, p. 384). É justamente em relação a esse enunciado que vem a menção, as autoras sinalizam que o estudante pode falar de violência urbana, ou formas de violência que atingem grupos minoritários, como a população LGBT+, ou ainda a que atinge grupos indígenas decorrente de conflitos territoriais.

Ainda no âmbito do capítulo 18, uma menção à 'sexualidade' (Rama e Monteiro, 2026, p. 398), a seção *CONEXÕES com…* propõe trabalhar o conteúdo interdisciplinarmente com Filosofia e Sociologia. O texto *Violência e necropolítica* disposto nesta página menciona o conceito de Achille Mbembe, necropolítica, e faz menção a Michel Foucault, com a biopolítica, e cita o livro *História da Sexualidade I: A vontade de saber*.

Diferentemente da coleção Moderna Plus, cujo Manual do Professor apresenta uma postura marcadamente argumentativa na defesa da abordagem das questões relacionadas às populações LGBT+, o manual da coleção Geografia Por toda parte busca mais fundamentar nos documentos normativos da educação brasileira e na articulação entre os conteúdos, as competências e as habilidades previstas para o Ensino Médio, a sustentação para trabalhar tais temas.

Logo na apresentação do manual, as autoras situam historicamente as principais políticas educacionais brasileiras, construindo uma linha do tempo que contempla a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997-1998), a Base Nacional Comum Curricular (2017–2018), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2018) e a Reforma do Ensino Médio (2024). Nesse percurso, destacam que as Diretrizes Curriculares de 2018 reafirmam a necessidade de que o planejamento escolar considere a diversidade e as desigualdades sociais, promovendo uma educação comprometida com os direitos humanos e com o enfrentamento de preconceitos, discriminações e violências, mencionando explicitamente marcadores como identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia, religião, gênero e deficiência.

Ao longo do manual, as referências às populações LGBT+ aparecem predominantemente vinculadas às orientações destinadas ao professor. Em diversos momentos, as autoras relacionam essas discussões às competências e habilidades previstas pela BNCC, procurando justificar pedagogicamente sua inserção no currículo. No capítulo 16, *Trabalho, sociedade e tecnologia*, por exemplo, as discussões sobre a inserção da população LGBT+ no mercado de trabalho são articuladas às Competências Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, 1, 2 e 6:

> 1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
> 2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações. (...)

> 6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

E a um amplo conjunto de habilidades, entre elas EM13CHS401, EM13CHS402, EM13CHS403, EM13CHS404, EM13CHS502, EM13CHS503 e EM13CHS606, inventariadas com suas definições no Quadro 4:

Quadro 4: Habilidades da BNCC Mobilizadas para a Questão LGBT+

Código da habilidade	**Definição**
EM13CHS106	Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
EM13CHS401	Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.
EM13CHS402	Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.
EM13CHS403	Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.
EM13CHS404	Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.
EM13CHS502	Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.
EM13CHS503	Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
EM13CHS606	Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Fonte: BNCC, 2017. Organizado pelo autor (2026).

4.4 Explorando as articulações curriculares

O levantamento das ocorrências e a análise qualitativa das duas coleções permitiram identificar que as articulações curriculares envolvendo as populações LGBT+ não ocorrem de forma aleatória. Apesar das diferenças entre as obras, ambas concentram essas discussões em momentos específicos do currículo de Geografia, revelando eixos pedagógicos sobre quando e em quais conteúdos tais temas são considerados pertinentes.

Há uma estruturação distinta dos conteúdos, ainda que a progressão seja semelhante, enquanto a coleção *Moderna Plus* organiza seus conteúdos em seis unidades e doze capítulos, o livro *Geografia por Toda Parte* distribui o conteúdo em dezoito capítulos. Entretanto, ambas

convergem ao situar as discussões sobre gênero e sexualidade predominantemente na parte final do livro. Na *Moderna Plus*, essas articulações tornam-se recorrentes a partir da Unidade 5, especialmente entre os capítulos 9, 10 e 11, dedicados às relações entre sociedade, política, cultura, conflitos e desigualdades. Já em *Geografia por Toda Parte*, os conteúdos concentram-se principalmente nos capítulos 16, 17 e 18, que abordam trabalho, tecnologia, fluxos populacionais, conflitos e direitos humanos.

Essa concentração ao final das coleções não é acidental. Como se trata de volumes únicos que abrangem os três anos do Ensino Médio, ambas optam por reservar os conteúdos mais politizados para o terceiro ano. Essa escolha pode ser lida de duas formas, por um lado, reflete uma suposição de maturidade crescente dos estudantes ao longo do Ensino Médio e, por outro, decorre de uma lógica curricular: é somente nas unidades finais, voltadas a conflitos sociais, desigualdades e ao chamado sistema-mundo, que o currículo de Geografia parece abrir espaço para essas discussões.

Ao mesmo tempo, essa organização curricular também evidencia uma limitação. Tais discussões permanecem concentradas no conteúdo do terceiro ano do Ensino Médio, mas isso circunscreve as possibilidades de transversalização ao longo da formação escolar? O livro didático não deve limitar a autonomia e autoria docente, pois como sugere Tonini e Goulart (2017) o professor não precisa se restringir ao livro didático, ele pode e deve desenvolver suas atividades contextualizadas com a realidade escolar, e buscar materiais complementares como resposta pedagógica aos limites do livro didático, já apontados por Sene (Oliveira Jr.; Soares, 2014) e por Firmino e Martins (2017).

As diferenças entre as coleções, entretanto, revelam distintas formas de construir essas articulações. A *Moderna Plus* apresenta uma abordagem mais sistemática e abrangente, incorporando maior diversidade de conceitos, identidades e marcos históricos relacionados às populações LGBT+. Seus autores fazem um esforço de mobilizar infográficos, imagens, textos e atividades reflexivas que procuram contextualizar historicamente a conquista de direitos e reconhecer essas populações como sujeitos políticos. Já *Geografia por Toda Parte* apesar de realizar um número menor de articulações, frequentemente alia a temática às atividades mais práticas, como a construção de gráficos. Ou seja, questões LGBT+ não aparecem apenas como objeto de leitura, mas como temática para desenvolvimento de competências e habilidades.

Se a concentração temporal do conteúdo aproxima as duas obras, o tom e a abordagem discursiva as diferenciam. A Moderna Plus adota um texto mais informativo, direto, e em certa medida mais "aguerrido" no enfrentamento do tema. Trata-se de uma abordagem louvável em seu compromisso explícito com a causa, mas que pode representar um desafio pedagógico em contextos escolares mais hostis, nos quais um tratamento tão frontal do tema exige do professor um manejo mais delicado.

Já a Geografia Por toda parte adota um tom mais crítico, ainda que trabalhe o conteúdo de forma mais pontual ao longo do livro. Se destacam, entretanto, pela forma como articula o conteúdo LGBT a habilidades técnicas da geografia escolar, ou seja, utilizando a questão LGBT como fio condutor para atividades práticas. Esse tipo de estratégia cumpre uma dupla função: ao mesmo tempo em que desenvolve habilidades cognitivas específicas da disciplina, mobiliza os estudantes para uma reflexão cidadã, contribuindo para o enfrentamento do preconceito e da discriminação em sala de aula de forma menos direta, porém não menos eficaz.

O conjunto desses achados indica que ambas as coleções, a despeito de suas diferenças estruturais e discursivas, tratam a temática LGBT de maneira progressista e eticamente comprometida com o desmantelamento de desigualdades e com a situação das diferenças no campo político. Não poderia ser diferente, vide as orientações bastante específicas do Edital do PNLD. Ainda que a concentração do conteúdo no final do Ensino Médio, por exemplo, possa sugerir uma hierarquização implícita entre temas "mais" e "menos" apropriados para diferentes momentos da formação, os dados apontam para um avanço frente aos silenciamentos

historicamente identificados nos livros didáticos de geografia – que contrastam com o questionamento de Tonini (2013).

Reconhecemos, aqui, a escola como espaço de reprodução, mas também de transformação das desigualdades, sobretudo daquelas que existem explorando as diferenças. Existem leis que asseguram a diversidade sexual e de gênero, por exemplo, a recente Lei número 14.532/2023 que tipifica injúria racial como crime de racismo, ou a Portaria número 33/2018 do Conselho Nacional de Educação que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da Educação Básica em todo o país. Apesar disso, estamos diante da necessidade de ir além da legislação para uma prática pedagógica que efetivamente esteja comprometida em desmistificar e combater preconceitos que se corporificam nas espacialidades dos/as educandos/as e também nas nossas, educadores/as.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se estudos anteriores chamavam atenção para os silenciamentos, estereótipos e enquadramentos restritivos presentes nos livros didáticos, as coleções analisadas sugerem um movimento de transformação. Os dados levantados que encontramos referentes aos livros dispostos no PNLD mais recente, sugerem que esse quadro vem mudando: a população LGBT está no livro didático de Geografia, ainda que de forma concentrada e desigualmente distribuída entre as coleções e entre capítulos, é notório os esforços na direção de articulações curriculares possíveis. Esse deslocamento dialoga com os argumentos de artefato cultural, reforçando a ideia de que, comparativamente a edições anteriores do PNLD, há uma tendência de maior abertura ao tema, ainda que não isenta de tensões, hierarquizações e escolhas editoriais que merecem ser problematizadas. Há indícios de uma ampliação do reconhecimento das pautas LGBT+ como parte legítima das discussões da Geografia Escolar. Embora seu aparecimento no livro didático, não seja uma garantia de que o assunto será trabalhado na escola.

No entanto, a atenção dedicada é heterogênea. Enquanto algumas obras fazem menções mais tímidas, outras coleções se destacam pelo maior volume de ocorrências, e para o âmbito da análise selecionamos as duas que retornaram o número maior de ocorrências: *Geografia Por Toda Parte* e *Moderna Plus*. Nelas, os enquadramentos ocorrem de forma sem contribuir para estigmatização, e por isso, consideramos promissora, indo além do simples reconhecimento da existência de pessoas LGBT+, pois dedicam espaço para explicar termos, discutem a importância do respeito e problematizam trajetórias interpeladas pelo preconceito e pela discriminação. Essa disparidade de tratamento entre as obras reforça uma hipótese: a relevância da assinatura e da autoria, evidenciando o peso das escolhas dos próprios autores e das diretrizes editoriais na construção do livro didático. Pesquisas anteriores (Tonini, 2002; Firmino, 2020) apontavam para um cenário de silenciamento ou de menções extremamente tímidas na geografia escolar, o panorama atual revela que a temática está presente e encontra espaço para habitar a escola. Contudo, a intensidade dessa presença varia, talvez conforme a sensibilidade autoral e editorial de cada obra.

Embora o discurso seja pautado pelo respeito e celebração da diferença, apontando para uma formação cidadã, ainda há limitações. As coleções evitam tensionar de maneira mais profunda as definições de gênero e, principalmente, de sexualidade (sobretudo no que se refere a gays, lésbicas e bissexuais), ou seja, ainda há um tratamento muito tímido sobre orientação sexual. Compreendemos que essa cautela pode decorrer do exacerbado moralismo violento que envolve o tema, um cenário que é ilustrado pelos dados do Observatório Nacional de Violência contra Educadores/as (2025).

Apesar desses limites e resistências, demonstramos que as articulações curriculares são não somente viáveis, como necessárias. A própria metodologia da geografia, estruturada na leitura crítica de mapas e gráficos, oferece ferramentas criativas para trabalhar essas temáticas

de forma transversal, promovendo simultaneamente a alfabetização cartográfica e letramento sobre a diversidade, direitos humanos e respeito.

Para encerrar, reconhecemos as limitações e lacunas deste trabalho, sobretudo o recorte analítico que priorizou as duas coleções com maior incidência de descritores. Retomando a provocação recebida no Grupo de Trabalho 1 - Geografia e diversidade: gêneros, sexualidades, etnicidades e racialidades do XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografiade realizado em 2025, destacamos que é fundamental que as geografias feministas, das diversidades, de gênero e sexualidades voltem seus olhos para a geografia escolar e, em especial, para o livro didático. Trata-se de um artefato fundante e muitas vezes o primeiro ponto de contato do estudante com um tema desde uma perspectiva de respeito aos direitos humanos, além de ser um recurso geralmente disponível na escola pública.

Por fim, embora o livro didático seja central neste trabalho, lembramos que ele não esgota a prática docente: a Geografia, por sua essência imagética e crítica, abre margem para que nós, professores e professoras, assinemos nossas aulas como intelectuais e autores que somos, exercendo nossa autonomia consciente na construção cotidiana dos nossos atos de currículo.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da (Org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 59-91.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. O livro didático e o ensino de Geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 4, n. 8, 2014.

AZEVEDO, Luyanne Catarina Lourenço de; GIORDANI, Ana Cláudia Carvalho. A invisibilização dos marcadores sociais gênero e raça na geografia da Base Nacional Comum Curricular. **Geographia Meridionalis**, v. 5, n. 1, p. 03-31, 9 out. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2011.

BERNARDES PINHEIRO, Pedro. Imagens, livros didáticos e a Geografia Escolar. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 52, p. 28–45, 2024.

BRASIL. **Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, 20 ago. 1985. p. 12178.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União, Seção 1, Rio de Janeiro, 27 dez. 1937. p. 25586.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, 17 fev. 2017. p. 1.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, 12 ago. 1971. p. 6377.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, 23 dez. 1996. p. 27833.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, 22 nov. 2018. p. 21.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Edital de Convocação nº 02/2024** – CGPLI: edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD Ensino Médio – 2026-2029. Brasília: MEC/FNDE/SEB, 2024.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: Os poderes do luto e da violência. 1. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

CAVALLINI, Gabriel Martins; RICHTER, Denis. O currículo e a reforma do Ensino Médio: a Geografia escolar e o livro didático em foco. **Revista Signos Geográficos**, v. 6, p. 1-21, 2024.

FIRMINO, Larissa Corrêa; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypyczynski. Imagens-clichês e Livros Didáticos: reflexões para o ensino de Geografia. In: TONINI, Ivaine Maria et al. (Org.). **O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

FRANÇA, Lucas. **Representações de gênero na geografia escolar**: análise de imagens em livros didáticos do ensino fundamental. 2020. Artigo Científico (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – CPII, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2020.

GIORDANI, Ana; OLIVEIRA, Aldo; TONINI, Ivaine. A imagem regulada: visualidade espacial no PNLD do Ensino Médio. In: TONINI, Ivaine Maria. et al. (Org.). **Geografia e livro didático para tecer leituras do mundo**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 16-27.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

KANASHIRO, Cintia Shukusawa. **Livro Didático de Geografia** – PNLD, materialidade e uso na sala de aula. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA VIOLÊNCIA CONTRA EDUCADORAS/ES [ONVE]. **Um estudo quantitativo sobre a perseguição de educadoras/es no Brasil**. Niterói: ONVE, 2025. (Ameaças à educação democrática, Vol.1). Disponível em: https://onveuff.com/wp-content/uploads/2026/07/VDefeso_ONVE_Um-estudo-quantitativo-da-perseguicao-a-educadores-no-Brasil-2025.pdf Acesso em 23 de julho de 2026.

OLIVA, Victoria. **Reprodução Social na BNCC**: possibilidades para uma Geografia Escolar no Feminino. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, 2023.

OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao M.; SOARES, Eliane, dos S. Entrevista com o prof. Dr. José Eustaquio de Sene: Fotografias e(m) livros didáticos de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 3, n. 6, p.192-225, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de; GIORDANI, Ana Claudia Carvalho. Guia do Livro Didático: textualidades em tensões. In: TONINI, Ivaine Maria et al. (Org.). **O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

PINHEIRO, Pedro Bernardes. Discursos sobre discriminação em livros didáticos de geografia: algumas reflexões. **Giramundo**, v. 3, n. 5, p. 43–56, 2017.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: Práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2017.

SEFFNER, Fernando. Não há nada tão raro quanto o normal - O homem comum, a virilidade política e a norma em tempos conservadores. In: SEFFNER, F.; FELIPE, J. (orgs.). **Educação, gênero e sexualidade**: impertinências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

SILVA, Fredson Pereira da; SANTOS, Ione Maria Marques; MENDONÇA, Antonny Vinicius Feliciano de; et al. **O livro didático de geografia no Brasil**: histórias que se entrelaçam. Barueri/SP: Científica Digital, 2026.

SILVA, Joseli Maria. Conhecimento geográfico e complexidade: a perspectiva feminista da ciência. In: **III Encontro de Geografia – VI Semana de Ciências Humanas**, Campos dos Goytacazes – RJ, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. 9. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SOUSA NETO, Manoel. **Aula de geografia e algumas crônicas**. 2. ed. Campina Grande: Bagagem, 2007.

TONINI, Ivaine Maria; GOULART, Ligia Beatriz. Desafios para potencializar o Livro Didático de Geografia. In: TONINI, Ivaine Maria et al. (Org.). **O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

TONINI, Ivaine Maria. Imagens nos livros didáticos de Geografia: seus ensinamentos, sua pedagogia. **Mercator**, ano 2, n. 4, 2003

TONINI, Ivaine Maria. Notas sobre imagens para ensinar Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 3, n. 6, p.177-191, jul./dez, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo e espaço. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Currículo**: conhecimento e cultura. Brasília: TV Escola/Salto para o Futuro, Ano XIX – No 1 – abril/2009, p. 32-34.

VILELA, Carolina Lima. **Currículo de Geografia**: analisando o conhecimento escolar como discurso. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

YOUNG, Iris Marion. Cinco faces da opressão. **Direito Público**, [S.L.], v. 18, n. 97, p. 487-515, 30 abr. 2021.

Lista de livros didáticos:

BOLIGIAN, Levon; TURCATEL, Andressa. **Geografia**: espaço e identidade. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2024.

JUNQUEIRA, Silas Martins; VITIELLO, Marcio Abondanza. **Estudos e debates em geografia**. São Paulo: Folia de Letras, 2024.

RAMA, Maria Angela Gomez; MONTEIRO, Isabela Gorgatti Cruz. **Geografia por toda parte**.1. ed. São Paulo: FTD, 2026.

SAMPAIO, Fernando dos Santos; SUCENA, Ivone Silveira. **Ser protagonista**: geografia. 1. ed. São Paulo: Edições SM, 2024.

SENE, José Eustáquio de. **Do seu jeito**: Geografia. 1. ed. São Paulo: Ática, 2024.

SILVA, Angela Corrêa da; LOZANO, Ruy. **Moderna superação! geografia**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2024.

TERRA, Lygia; GUIMARÃES, Raul Borges; ARAUJO, Regina. **Moderna plus geografia**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2024.